



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. FILIPE BARROS)

Inserir dispositivos na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando os provedores de aplicações de internet a remunerar os veículos de imprensa pela reprodução de conteúdo por estes produzido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei inserir dispositivos na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet), obrigando os provedores de aplicações de internet a remunerar os veículos de imprensa pela reprodução de conteúdo por estes produzido.

Art. 2º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigor acrescida dos seguintes dispositivos:

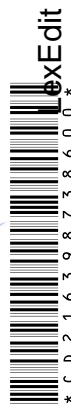
“Art. 21-A. As empresas jornalísticas e os jornalistas profissionais dedicados à apuração, preparação e divulgação de conteúdo noticioso farão jus a compensação pecuniária pela reprodução parcial ou completa de notícia, reportagem ou comentário de sua autoria ou titularidade por provedor de aplicações de internet ou por terceiros que façam uso da aplicação para essa reprodução.

§ 1º O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado solidariamente pela compensação de que trata este artigo.

§ 2º A compensação a que se refere o caput poderá ser livremente pactuada entre o provedor de aplicações e o autor ou titular da notícia, reportagem ou comentário, individualmente ou em conjunto com outros interessados.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216398738600>





§ 3º Inexistindo a pactuação de que trata o § 2º, o valor da compensação será estimado levando em consideração a remuneração praticada para a elaboração e divulgação de informação jornalística com formato e complexidade similares à reproduzida.”

“Art. 21-B. O provedor de aplicações de internet que ofereça serviços de consulta ou catalogação de conteúdo existente na internet deverá manter disponível, para consulta dos autores ou titulares do conteúdo catalogado, informação acerca dos critérios e regras utilizados para selecionar e priorizar as informações e endereços eletrônicos apresentados nas consultas realizadas pelos usuários da aplicação.

§ 1º Critérios e regras aplicados a consultas e catalogações de informação jornalística deverão ser divulgados pelo provedor de aplicações de internet em formato e local de fácil acesso e consulta, com antecedência de quinze dias em relação à data de sua efetiva adoção, ressalvados os casos de atribuição de prioridade em decorrência de situação de calamidade ou para prestação de serviço de utilidade pública.

§ 2º A desobediência às disposições deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas no art. 12 desta lei”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A produção de conteúdo jornalístico de modo profissional tem sido um dos pilares do sistema democrático e da preservação do tecido social das modernas economias.

A livre circulação de ideias e a garantia de fornecimento de informações confiáveis, confirmadas por mais de uma fonte, asseguram que o cidadão tenha acesso amplo aos fatos, sobretudo aqueles relacionados às decisões de gastos públicos, e possa formar livremente sua opinião a respeito destes.

A estrutura industrial de produção desse conteúdo depende, para subsistir, da comercialização de espaços dos veículos a anunciantes, e o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216398738600>





valor destes depende do tamanho do público de cada jornal, revista ou programa de notícias. Na última década, o desenvolvimento da tecnologia digital e a maturidade da internet resultaram em uma transferência das receitas publicitárias aos provedores de aplicações na rede mundial.

A participação dos provedores de serviços na internet elevou-se de 4% a 20% do mercado publicitário brasileiro entre 2010 e 2019. Comparativamente, na mesma década, a participação de jornais caiu de 12% para 3% desse mercado, a de revistas de 7% para 1% e mesmo a do veículo dominante, a televisão aberta, diminuiu de 63% para 52%. Desse modo, a fonte de sustento da imprensa tradicional vem se reduzindo de modo expressivo.

Os provedores de aplicações de internet, em especial as redes sociais, apoiam-se na veiculação de conteúdo de seus usuários, que reproduzem, sem dar crédito ou compensação, as informações apuradas e divulgadas pela imprensa tradicional, muitas vezes com distorções. O ditado de que “se você pode acessar, pode usar”, sem pagar por isso, é a postura recorrente entre os internautas, herança dos primórdios da internet.

Redes sociais e provedores de serviços de catalogação desenvolveram sistemas de colocação de anúncios e links eficazes, ocupando espaços das páginas dos usuários e do próprio serviço, cobrando por diferenciais como links patrocinados ou conteúdos impulsionados. Tais receitas, obtidas com o uso de conteúdo de terceiros, não são compartilhadas com os titulares das notícias, reportagens ou comentários qualificados.

O resultado dessa situação que o mercado de conteúdo vive no momento é de que a apuração e produção noticiosa de qualidade vem perdendo capacidade de sobreviver comercialmente, abrindo espaço para a produção de conjecturas e fake news que prejudicam a formação de uma opinião pública informada e responsável.

Em vista da omissão das empresas de internet em promover a justa compensação dos titulares do conteúdo, oferecemos a esta Casa proposta que determina essa remuneração. O projeto estabelece um critério





simples para sua estimação no caso em que não exista convergência de negociação entre redes sociais e empresas jornalísticas, e prevê critérios mínimos de transparência das operações de internet.

Pretendemos, com a iniciativa, estabelecer o direito à remuneração do titular da informação noticiosa, abrindo espaço para sua compensação pecuniária.

Ao inserir as disposições no Marco Civil da Internet, estaremos delimitando com clareza sua aplicabilidade ao espaço específico da rede mundial. Esperamos, assim, restabelecer um equilíbrio de mercado fundamentado no justo direito à compensação de quem se esforça profissionalmente em produzir informações para a sociedade e assegurar o debate público equilibrado, graças à competição entre veículos.

Esperamos, pois, contar com o apoio de nossos Pares à iniciativa, que se alinha a um debate que vem sendo empreendido em vários países.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2021.


Deputado FILIPE BARROS

2021-2886



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216398738600>

